

## LISTA DE EXIGÊNCIAS

### SOCIEDADE LIMITADA

(Instrução Normativa DREI nº 38/2017, Anexo II)

DESCRIÇÃO DA EXIGÊNCIA		FUNDAMENTO LEGAL
<b>1</b>	<b>FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS</b>	
<b>1.2</b>	Apresentar os documentos impressos na cor preta ou azul, com papel branco ou reciclado, fonte com tamanho mínimo 12, no formato de 210mmx297mm (A4).  Nota: Não se aplica aos documentos apresentados eletronicamente.	IN/DREI nº 03/2013, art.3º,§ 2º.
<b>1.3</b>	Incluir margem inferior de 5 (cinco) centímetros em todas as páginas.  Nota: Não se aplica aos documentos apresentados eletronicamente. Nota: Não se aplica quando não houver necessidade da margem para chancela eletrônica.	IN/DREI nº 03/2013, art.4º,§ 4º.
<b>1.4</b>	Substituir instrumento físico por estar prejudicada, por deterioração, parcial ou integralmente, a digitalização ou leitura de seu teor.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.2
<b>1.5</b>	Substituir instrumento físico, uma vez que não poderá conter rasuras, emendas ou entrelinhas.	Decreto nº 1.800/96, art. 35. IN DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.2.
<b>1.6</b>	No caso de processo digital, assinar os documentos digitalmente com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).	IN/DREI nº 12/2013, art.4º, I e II
<b>1.7</b>	Consularizar, apostilar ou traduzir documentos.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 10.2.2, "c" IN/DREI nº 34/2017, art. 6º
<b>2</b>	<b>VIABILIDADE (Nome empresarial e Locacional)</b>	
<b>2.1</b>	Apresentar original do documento de consulta de viabilidade deferida ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia).  Nota: Substituível pela realizada eletronicamente via REDESIM.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
<b>2.2</b>	Corrigir dados informados via REDESIM/internet ou documentos protocolizados, pois, divergem.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
<b>3</b>	<b>DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA - DBE</b>	
<b>3.1</b>	Anexar DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil, devidamente assinado.  Nota: Substituível pelo realizado eletronicamente via REDESIM.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
<b>3.2</b>	Corrigir DBE ou documentos protocolizados, pois, divergem.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
<b>4</b>	<b>FICHA DE CADASTRO NACIONAL - FCN</b>	

4.1	Anexar Ficha de Cadastro Nacional – FCN.  Nota: Substituível pelo realizado eletronicamente via REDESIM.	Lei nº 8.934, art. 37, III Decreto nº 1.800/96, art. 34, III IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
4.2	Corrigir dados informados via REDESIM/internet ou documentos protocolizados, pois, divergem.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1
5	<b>REQUERIMENTO (CAPA DO PROCESSO)</b>	
5.1	Apresentar requerimento de arquivamento (capa de processo), físico ou eletrônico, devidamente preenchido e assinado pelo administrador, sócio ou procurador com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome, identidade e CPF.	Código Civil art. 1.151 e 1.153 Decreto nº 1.800/96, art. 33 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
5.2	Incluir NIRE no requerimento de arquivamento (capa de processo) quando de alterações e baixas.	Decreto nº 1.800/96, art. 53, § 1º
5.3	Corrigir o requerimento de arquivamento (capa de processo), pois os dados informados divergem do ato apresentado ou dos dados constantes da base cadastral da Junta Comercial.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
6	<b>COMPROVANTES DE PAGAMENTO</b>	
6.1	Anexar comprovante de pagamento do preço do serviço da Junta Comercial.  Nota: Não se aplica quando a confirmação do pagamento se der por outro meio.	Lei nº 8.934/94, art. 37, IV Decreto nº 1.800/96, art. 34, IV IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1
6.2	Anexar comprovante (DARF) de pagamento do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis – CNE.  Nota: Não se aplica quando a confirmação do pagamento se der por outro meio.	Lei nº 8.934/94, art. 37, IV Decreto nº 1.800/96, art. 34, IV IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1
6.3	Complementar e comprovar complementação dos valores recolhidos.	Lei nº 8.934/94, art. 37, IV Decreto nº 1.800/96, art. 34, IV IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1
6.4	Anexar comprovante de pagamento do preço devido - Processo retornado após o prazo para cumprimento de exigência é considerado como novo processo e sujeito a pagamento de novo preço.  Nota: Não se aplica quando a confirmação do pagamento se der por outro meio.	Lei nº 8.934/94, art. 40, § 3º. Decreto nº 1.800/96, art. 57, § 4º.
7	<b>CONTRATO SOCIAL</b>	
7.1	Apor no contrato social o visto do advogado com a indicação do nome completo e número de inscrição da Seccional da OAB.  Nota: É dispensado o visto de advogado no contrato social da sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.	Lei nº 8.906/94, art. 1º, § 2º Decreto nº 1.800/96, art. 36 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.17

7.2	Incluir cláusula obrigatória no contrato social.	IN/DREI 38/2017, Anexo II, itens 1.2.1 e 1.2.4
7.3	Corrigir o contrato social, pois os dados informados divergem dos documentos apresentados.	IN/DREI 38/2017, Anexo II, itens 1.2 e seguintes
7.4	Corrigir o contrato social, pois, as informações do documento não conferem com as constantes dos atos arquivados anteriormente.	Lei nº 8.934/94, art. 35. Decreto nº 1800/96, art. 53, inciso I.
8	<b>SÓCIOS</b>	
8.1	<b>PESSOA FÍSICA</b>	
8.1.2	Complementar a qualificação do sócio, brasileiro ou estrangeiro, ou de seus representantes (nome civil, por extenso; nacionalidade; estado civil (indicar, se for o caso, a união estável); data de nascimento, se solteiro; profissão; documento de identidade, número e órgão expedidor/UF; CPF; endereço completo).	Código Civil, art. 997, I; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.3, a.
8.1.3	Anexar cópia autenticada da identidade do sócio e, se estrangeiro, apresentar Carteira de Registro Nacional Migratório, documento fornecido pela Polícia Federal ou comprovante da autorização de residência no Brasil.	Lei nº 13.445/2017 Código Civil, art. 1.153 Lei nº 8.934, art. 37, V Decreto nº 1.800/96, art. 34, V IN/DREI 38/2017, Anexo II, item 1.1
8.1.4	Anexar ou arquivar, em processo separado, prova da emancipação de menor de 18 anos e maior de 16 anos.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, b.
8.1.5	Anexar ou arquivar, em separado, procuração, original ou cópia autenticada, por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com poderes específicos para a prática do ato.	Código Civil, art. 654, §§ 1º e 2º Decreto nº 1.800/96, art. 39 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1.
8.1.6	Anexar ou arquivar, em separado, procuração por instrumento público, se analfabeto.	Código Civil, art. 215, VII, § 2º e art. 657 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.1 e 1.2.16.1.
8.1.7	O sócio maior de 16 anos e menor de 18 anos deverá ser assistido.	Código Civil, art. 1.690 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6, "c".
8.1.8	O sócio menor de 16 anos deverá ser representado.	Código Civil, art. 1.690 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.6 "d".
8.1.9	Não poderá ser sócio de sociedade limitada a pessoa impedida por norma constitucional ou por lei especial.	Código Civil, art. 977; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.7.  Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.
8.1.10	Anexar certidão ou ato de nomeação do inventariante, no caso de falecimento de sócio.	Código Civil, art. 1.797 Código de Processo Civil, arts. 617 a 620 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 3.2.7
8.1.11	Anexar alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens específico para a prática do ato, no caso de falecimento de sócio.	Código de Processo Civil, arts. 617 a 620;

		IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 3.2.7 .
<b>8.2</b>	<b>PESSOA JURÍDICA</b>	
<b>8.2.1</b>	Complementar a qualificação do sócio pessoa jurídica (nome empresarial; qualificação do representante; nacionalidade, se a sede for no exterior; endereço completo da sede; NIRE, se a sede for no Brasil; CNPJ), com sede no país ou no exterior.	Código Civil, art. 997, I IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.3, "b" e "c".
<b>8.2.2</b>	Anexar ou arquivar, em separado, procuração, por instrumento público ou particular (com firma reconhecida), com poderes específicos para a prática do ato.	Código Civil, art. 654, §§ 1º e 2º Decreto nº 1.800/96, art. 39 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1. IN DREI nº 34/2017, art. 2º
<b>8.2.3</b>	Apresentar prova de sua existência legal e declaração de que foi respeitada a legislação do país de origem.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 3.2.3.1; IN/DREI nº 34/2017, art. 2º, § 3º.
<b>9</b>	<b>ADMINISTRADOR</b>	
<b>9.1</b>	Complementar a qualificação do administrador não sócio (nome civil, por extenso; nacionalidade; estado civil (indicar, se for o caso, a união estável); data de nascimento, se solteiro; profissão; documento de identidade, número e órgão expedidor/UF; CPF; endereço).	Código Civil, art. 997, VI IN 38/2017, Anexo II, item 1.2.4, letra "h".
<b>9.2</b>	Anexar cópia autenticada da identidade do administrador e, se estrangeiro, apresentar Carteira de Registro Nacional Migratório, documento fornecido pela Polícia Federal ou comprovante da autorização de residência no Brasil.	Lei nº 13.445/2017 Código Civil, art. 1.153; Decreto nº 1.800/96, 34, V IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1
<b>9.3</b>	Anexar, se essa não constar de cláusula própria, declaração, sob as penas da lei, de que não está condenado por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração de sociedade empresária.	Código Civil, art. 1.011, § 1º Decreto nº 1800/96 art. 34, inciso II IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.1 e 1.2.13.1
<b>9.4</b>	Corrigir instrumento, pois, as funções de administração não podem ser delegadas a representante ou terceiros.	Código Civil, art. 1.018 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.13.1
<b>9.5</b>	Inserir os poderes e atribuições.	Código Civil art. 997, VI IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.2.4, "g" e 1.2.13.2
<b>9.6</b>	Corrigir instrumento, pois a designação de administrador não sócio dar-se-á no dependerá da aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver totalmente integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.13.3
<b>9.7</b>	Existência de impedimento para ser administrador.	Código Civil, art. 1011 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.8  Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.

<b>10</b>	<b>NOME EMPRESARIAL</b>	
<b>10.1</b>	Corrigir a formação do nome empresarial para corresponder ao nome dos sócios e/ou objeto social e ao tipo societário.	Código Civil, art. 1.158 IN/DREI nº 15/2013, art. 5º
<b>10.2</b>	Alterar o nome empresarial, pois já encontra-se registrado nome empresarial idêntico ou semelhante.	Decreto nº 1.800/96 art. 53, VI; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 7.1.2.1 IN/DREI nº 15/2013, art. 6º
<b>10.3</b>	Acrescentar ao nome empresarial a expressão “EM LIQUIDAÇÃO”.	Código Civil, art. 1.103, parágrafo único IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 9.4.1, "b" IN DREI nº 15/2013, art. 16
<b>10.4</b>	Acrescentar ao nome empresarial a expressão “EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL”.	Lei nº 11.101/05, art. 69 IN DREI nº 15/2013, art. 17.
<b>10.5</b>	Acrescentar em cláusula própria, a alteração do nome empresarial, mesmo que somente para a retirada da partícula ME ou EPP.	IN DREI nº 45/2018, art. 3º
<b>10.6</b>	<b>OBJETO/CNAE</b>	
<b>10.7</b>	Definir o objeto de forma clara e precisa, indicando gênero e espécies das atividades a serem desenvolvidas.  Nota: O objeto social poderá ser descrito por meio de código integrante da estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE.	Código Civil, art. 997, II Decreto nº 1.800/96 art. 53, III, “b” e § 2º; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.12.
<b>10.8</b>	Excluir objeto, pois, não é passível de registro empresarial.	Código Civil, arts. 966 e 982 Decreto nº 1800/96 art. 53, § 2º IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.12.
<b>10.9</b>	Transcrever o objeto na sua totalidade, em caso de alteração do objeto social.	Decreto nº 1.800/96 art. 45 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 3.2.8.
<b>10.10</b>	Compatibilizar os códigos de atividades informados (CNAE) com as atividades descritas no objeto.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.12.
<b>10.11</b>	Anexar aprovação prévia do órgão governamental competente.	Decreto nº 1800/96 art.56; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.1 IN/DREI nº 14/2013, Anexos
<b>10.12</b>	Atividade não passível de ser exercida por estrangeiro, diretamente ou por meio de participação em pessoa jurídica.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.7 IN/DREI 34/2017, Anexo
<b>10.13</b>	Atividade cuja participação de capital estrangeiro recebe limitação legal.	IN/DREI Nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.7 IN/DREI 34/2017, Anexo
<b>11</b>	<b>CAPITAL/QUOTAS</b>	
<b>11.1</b>	Declarar o capital, em moeda nacional, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária.	Código Civil, art. 997, III IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10

	Nota: Qualificar os bens indicados.	
11.2	Indicar a forma, o modo e o prazo de integralização do capital social.	Código Civil, art. 997, III c/c art. 1.004
11.3	Não é cabível a indicação de valor de quota inferior a um centavo.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10.1
11.4	Corrigir a forma de integralização, pois não está de acordo com normas legais.	Código Civil, art. 997, IV IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.2.10 e seguintes
11.5	Corrigir o valor do capital, o valor das quotas ou sua distribuição.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10 e seguintes
11.6	Descrever e identificar o imóvel, sua área, dados relativos à sua titulação e seu número de matrícula no Registro Imobiliário, no caso de integralização com imóvel, ou direitos a ele relativos.	Decreto nº 1.800/96, art. 53, VIII, "a"; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10.7.
11.7	Anexar autorização do cônjuge para integralização de capital com bens imóveis.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10.7
11.8	Anexar autorização judicial para a integralização de capital com bens de menor.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10.7
11.9	É vedada contribuição ao capital social que consista em prestação de serviços.	Código Civil, art. 1.055, §2º; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.10.9.
11.10	O capital social está abaixo do mínimo exigido para as atividades nos termos da legislação específica.	Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.
12	<b>DECLARAÇÃO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA</b>	
12.1	Declarar em cláusula específica, se for o caso, o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno.	IN/DREI nº 36/2017, art. 1º, I
12.2	A empresa enquadrada em ME ou EPP não pode ser sócia e não pode ter sócia pessoa jurídica.	LC nº 123/2006, art. 3º, § 4º
13	<b>ENDEREÇO DA EMPRESA E DAS FILIAIS</b>	
13.1	Declarar o endereço completo da sede.	Código Civil, art. 997, II; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.2.4 "c" e 1.2.11.
13.2	Declarar o endereço completo das filiais.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.2.4 "c" e 1.2.11
14	<b>PRAZO DE DURAÇÃO DA EMPRESA</b>	
14.1	Declarar o prazo de duração da sociedade.	Código Civil, art. 997, II IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.2.4 "e" e 3.2.10.
15	<b>ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL</b>	
15.1	Declarar a data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil.	Decreto nº 1.800/96, art. 53, inciso III, "f" IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.4, "f"
16	<b>PARTICIPAÇÃO DE SÓCIO NOS LUCROS E PERDAS</b>	
16.1	Declarar a participação dos sócios nos lucros e perdas.	Código Civil, art. 977, VII IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.4, "i"

16.2	Corrigir cláusula, pois, não é permitida a exclusão de sócio na repartição de lucros e prejuízos.	Código Civil, art.1.008 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.14.
17	<b>FORO</b>	
17.1	Indicar ou corrigir o foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato.	Decreto nº 1800/96, art. 53 III, "e" IN/DREI 38/2017, Anexo II, item 1.2.15
18	<b>FECHO</b>	
18.1	Indicar a localidade e datar (dia, mês e ano) o instrumento ou declaração.	Decreto nº 1.800/96, art. 33 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.2.5
18.2	Apor a assinatura de todo os sócios, ou seus representantes, no contrato social, e rubricar as demais folhas.	Lei nº 8.934/94, art. 1º, I Decreto nº 1.800/96, art. 40 IN/DREI nº 40, art. 4º IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 1.2.5 e 1.2.16
18.3	A rubrica aposta na folha _____ diverge das outras, por semelhança.	IN 40/2017, art. 4º
18.4	Apor a assinatura das testemunhas, se estas forem indicadas no instrumento.	Decreto nº 1.800/96, art. 34, I
18.5	Reconhecer firma.  Nota: exigível única e exclusivamente quando não for possível identificar ou atribuir seu autor.	Lei nº 9.784/1999, art. 22, §2º IN 38/2017, Anexo II, item 1.2.16 Ofício Circular nº 20/2017-SEI-DREI/SEMPE-MDIC, de 15/12/2017
19	<b>REUNIÃO OU ASSEMBLEIA DE SÓCIOS</b>	
19.1	Apresentar cópia ou certidão da ata, devendo conter: título do documento, nome e NIRE da empresa, preâmbulo, composição da mesa, disposição expressa de que a reunião ou assembleia atendeu todas as formalidades legais, ordem do dia, deliberações e fecho (com, indicação do nome dos presentes) e assinatura do presidente e secretário.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 2.2.3.
19.2	A convocação para reunião/assembleia está em desacordo com os preceitos legais.  Nota: dispensam-se as formalidades de convocação, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.	Código Civil, art. 1.152. § 3º IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 2.2.1
19.3	Corrigir o quórum de instalação, pois, não atende aos preceitos legais.	Código Civil, art. 1.074
19.4	Corrigir o quórum de deliberação, pois, não atende aos preceitos legais.	Código Civil, art. 1.076, II IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 2.2.2.2
19.5	Arquivar em processo separado a alteração contratual, quando as decisões tomadas em reunião ou assembleia de sócios implicarem em alteração contratual.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 2.2.4 e 3.2.1.

19.6	Corrigir alteração contratual, pois, deve conter os seguintes elementos: Título (Alteração contratual); preâmbulo; conteúdo da alteração (nova redação das cláusulas alteradas, expressando as modificações introduzidas; redação das cláusulas incluídas; indicação das cláusulas suprimidas; consolidação opcional); fecho.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 3.2.2
19.7	Quando a ata de reunião ou de assembleia de sócios ou o instrumento assinado por todos os sócios for assinado por procurador, esse deverá ser sócio ou advogado.	Código Civil, art. 1.074, 1º
19.8	Observar as regras legais para redução de capital.	Código Civil, art. 1.082, I c/c art. 1.083 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, Item 2.2.5.
19.9	Apresentar a registro, após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias, a ata de aprovação da redução do capital, por ser excessivo em relação ao objeto da sociedade.  Nota: Anexar folhas do Diário Oficial da União, do Distrito Federal ou do Estado e de jornal de grande circulação com o documento que deliberou pela redução do capital.	Código Civil, art. 1.082, II c/c art. 1.084 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 2.2.5
19.10	Corrigir o capital social, pois, só poderá ser aumentado se estiver totalmente integralizada as quotas, devendo essa situação ser declarada na alteração contratual.	Código Civil, art. 1.081 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, Item 3.2.5.
19.11	Observar as disposições legais para a exclusão de sócios.	Código Civil, art. 1.085 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 2.2.6
19.12	Apresentar os avisos de convocação nos termos do contrato ou da lei.  Nota: É dispensada a apresentação das folhas quando o instrumento a ser arquivado consignar os nomes, respectivas datas e folhas dos jornais em que foram efetuadas as publicações.	Código Civil, art. 1.152 IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 1.5
20	<b>FILIAIS</b>	
20.1	Corrigir o capital da filial pois, a soma dos destaques de capital para filiais deverá ser inferior ao capital da empresa (sede).	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 4.2.5.
20.2	Compatibilizar atividades das filiais com as da empresa (sede).	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 4.2.5.
20.3	Compatibilizar os códigos CNAE da filial com os da empresa (sede).	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 4.2.5.
20.4	Informar corretamente o endereço da filial em consonância com demais atos da sede.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 5.1.2.1.2.
21	<b>EXTINÇÃO/DISSOLUÇÃO/LIQUIDAÇÃO</b>	
21.1	Corrigir distrato social, pois deverá conter os seguintes elementos: Título (Distrato Social); Preâmbulo; Conteúdo do distrato (importância repartida entre os sócios, se for o caso; referência à pessoa ou pessoas que assumirem o ativo e passivo remanescentes, se houver; e indicação do responsável pela guarda dos livros); e fecho.	Decreto nº 1800/96, art. 53, X; IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 9.2.2 e 9.2.4
21.2	Corrigir o distrato, pois, deve conter a assinatura de todos os sócios.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, item 9.2.5



21.3	Observar as formalidades legais da dissolução, no caso em que as fases de dissolução e liquidação forem praticadas em instrumentos específicos.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 9.3.1 e 9.4.1
21.4	Observar as formalidades legais da liquidação, no caso em que as fases de dissolução e liquidação forem praticadas em instrumentos específicos.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 9.3.2 e 9.4.2
22	<b>FORMALIDADES ADICIONAIS</b>	
22.1	Existência de bloqueio judicial/administrativo que impede o arquivamento do instrumento apresentado.	IN/DREI nº 38/2017, Anexo II, itens 10.2.4 e 10.2.5
23.1	Observar especificidades de norma estadual.	Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.
23.2	Observar especificidades de norma municipal.	Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.
23.3	Observar especificidades de norma distrital.	Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.

Notas explicativas:

A series of horizontal lines for writing, with a large, faint watermark reading "MANUTA" diagonally across the page.